



Conselho da
União Europeia

**Bruxelas, 30 de novembro de 2018
(OR. en)**

14518/18

POLGEN 217

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Concretizar a Agenda Estratégica Programa do Conselho para 18 meses (1 de janeiro de 2019 - 30 de junho de 2020)

Junto se envia, à atenção das delegações, o programa do Conselho para 18 meses, elaborado pelas futuras Presidências romena, finlandesa e croata, e pela alta representante, presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros.

Programa**I. INTRODUÇÃO**

As três Presidências assumem a responsabilidade pela condução dos trabalhos do Conselho no final do atual ciclo institucional. O Trio está empenhado em assegurar uma transição harmoniosa para o próximo ciclo legislativo e tudo fará para facilitar esse processo no âmbito das suas competências. As três Presidências estabelecerão relações estreitas e construtivas com os novos interlocutores institucionais, a fim de permitir o rápido retorno a um ritmo normal de trabalho e de atividade legislativa.

No início do Trio, a principal prioridade será a ultimização dos dossiês ainda pendentes da atual Agenda Estratégica, nomeadamente dos que estão enumerados na Declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2018-2019. Quando se iniciar o novo ciclo institucional, as três Presidências organizarão os trabalhos no Conselho de acordo com as prioridades da próxima Agenda Estratégica, que deverá ser adotada em 2019, e tendo em conta o resultado da cimeira de Sibiu.

As três Presidências sublinham a importância dos valores comuns da União: o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Sublinham o seu compromisso de promover a confiança dos cidadãos e das empresas no projeto europeu, bem como de fomentar a competitividade e o crescimento económico, e apoiar os investimentos. O Trio porá uma tónica especial no reforço da coesão económica, social e territorial, nos seus valores subjacentes e objetivos partilhados, para o desenvolvimento da União no seu conjunto. O Trio salienta a necessidade de reforçar e apoiar o sistema multilateral e de prestar igualmente atenção à promoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, dentro e fora da UE. As três Presidências procurarão reforçar a unidade e fomentar o consenso a nível europeu, promovendo iniciativas conjuntas e inclusivas, em prol de todos os Estados-Membros.

O Trio está empenhado em velar por que a União Europeia funcione numa relação de proximidade com os cidadãos, de forma transparente e de acordo com os princípios da boa governação e de legislar melhor, promovendo assim políticas orientadas para os cidadãos. As três Presidências estão empenhadas também em melhorar o conhecimento acerca da UE e em sensibilizar – sobretudo os jovens – para as políticas da UE orientadas para os cidadãos.

Um futuro a 27

As três Presidências envidarão todos os esforços para assegurar a execução eficaz e atempada de todos os trabalhos necessários no âmbito do processo do Brexit, fomentando a unidade dos 27 Estados-Membros.

Em consonância com a Declaração de Roma, prosseguirão os trabalhos tendo em vista a adoção de uma nova Agenda Estratégica no Conselho Europeu de junho de 2019.

Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

O orçamento da União Europeia, tal como determinado pelo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), é um instrumento essencial para alcançar os nossos objetivos partilhados e honrar os compromissos assumidos.

As três Presidências estão empenhadas em facilitar a conclusão das negociações sobre o QFP para o período 2021-2027, em estreita cooperação com o presidente do Conselho Europeu. Esta é para o Trio a prioridade essencial. Além disso, procurarão ultimar as propostas setoriais relacionadas com o próximo QFP.

As três Presidências velarão em especial por um justo equilíbrio entre as políticas tradicionais e as novas prioridades e desafios partilhados.

Todas as propostas legislativas respeitantes ao QFP 2021-2027 serão objeto de especial atenção e esforços por parte do Trio.

II. UMA UNIÃO DE EMPREGO, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

A UE está no seu sexto ano consecutivo de uma retoma económica que chega a todos os Estados-Membros, sem exceção. Esta situação abre uma janela de oportunidade para consolidar a reforma do mercado único, a fim de aumentar ainda mais o crescimento e a competitividade.

Mercado único

O mercado único europeu existe há mais de 25 anos e tornou-se um importante motor de crescimento, investimento e comércio no interior da UE. O mercado único tem também uma forte dimensão global, tornando a UE mais competitiva no comércio e mais atrativa nos investimentos. Para além da realização e implementação eficaz das estratégias pertinentes, é necessário que a UE continue a trabalhar no sentido de um mercado único preparado para o futuro e equitativo, adaptado à era digital e propício à competitividade, à inovação e à sustentabilidade. É fundamental neste processo evitar as duplas normas de qualidade no interior do mercado único. As três Presidências comprometem-se a dar seguimento ao resultado do debate no quadro da Agenda dos Dirigentes que terá lugar em dezembro de 2018, com base no balanço da Comissão sobre a implementação, aplicação e execução da legislação em vigor que é fundamental para o funcionamento do mercado único, bem como na avaliação, efetuada pela Comissão, dos obstáculos que ainda subsistem a um mercado único plenamente funcional e das possibilidades que existem neste domínio.

A UE precisa de uma política industrial forte, e as três Presidências continuarão os debates sobre os objetivos estratégicos da UE a longo prazo neste domínio. O bom funcionamento do mercado único promove o sucesso da indústria europeia. Serão também impulsionados os trabalhos no sentido de um mercado de serviços mais integrado, da economia digital, inclusive mediante a realização do mercado único digital, da economia dos dados e das plataformas, das infraestruturas digitais adequadas e de um quadro operacional para apoiar a transformação digital da indústria e das empresas europeias e para desbloquear a inovação tirando partido da inteligência artificial.

O mercado único requer a interconectividade necessária entre todos os Estados-Membros e regiões da UE, bem como entre a UE e os seus parceiros mundiais. Para o efeito, é importante melhorar e concluir as redes RTE, inclusive tendo em vista a conectividade digital à escala da UE, bem como a preparação para a revisão planeada que está prevista para 2023.

Garantir uma tributação justa e eficaz continua a ser uma prioridade essencial.. Há uma necessidade real de adaptar os nossos sistemas de tributação à era digital. Nesse sentido, as três Presidências prosseguirão os trabalhos sobre as propostas da Comissão relativas à tributação digital em consonância com as conclusões do Conselho Europeu. Serão levados por diante os trabalhos sobre todas as outras propostas ainda pendentes em matéria de tributação; em particular, as três Presidências procurarão obter resultados sobre o novo regime definitivo do IVA.

Deverão prosseguir os trabalhos de revisão da política ambiental por forma a contribuir para o crescimento ecológico, a economia circular e a bioeconomia, a biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos hídricos, nomeadamente a proteção e a utilização sustentável dos mares e oceanos.

As três Presidências comprometem-se a dar continuidade aos trabalhos sobre a proposta de reforma da Diretiva Hora de Verão.

O Trio promoverá a cooperação e estratégias macrorregionais.

Empreendedorismo e criação de emprego

Promover um clima de empreendedorismo e a criação de emprego continua a ser fundamental para ajudar as empresas na Europa a prosperar, incluindo as PME, que geram emprego e crescimento. Por conseguinte, o Trio considera que, quando se propõe e se adota nova legislação, é importante respeitar o princípio "pensar primeiro em pequena escala" com o objetivo de promover os interesses das PME.

O facto de o desemprego ter diminuído e a participação no mercado de trabalho ter aumentado é um êxito importante. Simultaneamente, é necessário dar continuidade aos esforços no sentido de reinserir os desempregados de longa duração no mercado de trabalho, de ajudar os jovens a desenvolverem as competências necessárias para se tornarem ativos no mercado de trabalho, e de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho.

São necessários mais esforços para posicionar melhor o turismo na agenda da UE, especialmente a fim de incentivar o crescimento e o emprego.

Investimento

Embora se tenham registado progressos para resolver o défice de investimento na sequência da crise económica, designadamente através da execução do Plano de Investimento para a Europa, continua a ser crucial aumentar os níveis de investimento. Para tal é necessário manter a tónica na promoção da política de investigação e inovação como fonte de crescimento e, por conseguinte, levar por diante os trabalhos sobre o Horizonte Europa, bem como sobre o programa InvestEU. A política de coesão também terá um papel importante no que toca a estimular o investimento e a competitividade. Uma futura política agrícola comum modernizada contribuirá para a garantia da segurança alimentar, a proteção do ambiente, a adaptação às alterações climáticas e a manutenção da viabilidade sustentável das zonas rurais. A obtenção de um acordo sobre o QFP para 2021-2027 e as correspondentes propostas setoriais será determinante para fazer face aos desafios presente e futuros.

União Económica e Monetária

As três Presidências prosseguirão os trabalhos sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM). A atual conjuntura económica proporciona a serenidade necessária para aprofundar e reforçar a UEM por forma a podermos resistir melhor às crises económicas. A este respeito, é essencial quebrar onexo entre a dívida soberana e os bancos, sem deixar de ter em conta a evolução a nível internacional. É necessário desenvolver mais esforços, nomeadamente, sobre o reforço da União Bancária, na sequência da orientação acordada sobre a redução de riscos e a partilha de riscos, incluindo a proposta relativa ao Sistema Europeu de Seguro de Depósitos e a aplicação do mecanismo de apoio do MEE ao Fundo Único de Resolução, bem como continuar a desenvolver a União dos Mercados de Capitais. As regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento deverão ser simplificadas. A fim de promover a adesão ao euro, é necessário continuar a trabalhar sobre a proposta de Programa de Apoio às Reformas, incluindo o mecanismo de apoio à convergência.

III. UMA UNIÃO QUE CAPACITA E PROTEGE TODOS OS SEUS CIDADÃOS

Os cidadãos europeus esperam mais da União Europeia do que apenas benefícios económicos. O ensino, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, a cultura, o desporto e políticas dirigidas aos jovens são importantes não só do ponto de vista da competitividade mas também para a inclusividade e a coesão das nossas sociedades. As três Presidências prosseguirão os trabalhos de execução das políticas destinadas a reforçar a dimensão social, a combater a inadequação de competências e a promover o nível de proteção social dos cidadãos.

O mercado de trabalho atual caracteriza-se por rápidas mudanças tecnológicas. A fim de manter a elevada competitividade e produtividade da Europa, os cidadãos europeus precisam das competências adequadas que o novo local de trabalho mundializado exige. Nelas se incluem o investimento nas pessoas e na educação, centrados na antecipação das futuras necessidades em termos de competências, no desenvolvimento de novas competências essenciais, pertinentes e transversais, incluindo competências relacionadas com a digitalização, a cibersegurança, a literacia mediática, a robotização e a inteligência artificial. Além disso, há que promover o desenvolvimento do trabalho com jovens e a sua qualidade, bem como a igualdade de oportunidades para todos os jovens. A dimensão da UE no ensino secundário também pode ser reforçada. Às negociações sobre o Erasmus, um programa emblemático para o projeto europeu, será dedicado um intenso trabalho.

O Trio prestará especial atenção à promoção da mobilidade, da inclusividade e da excelência, contribuindo simultaneamente para a promoção dos valores europeus. Terão de ser tomadas decisões, a implementar a breve trecho, sobre os quadros de cooperação da próxima geração nos setores da educação, da juventude, da cultura e do desporto (tais como o quadro pós-EF2020 e a nova Estratégia da UE para a Juventude).

Há que promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social em todas as políticas da UE, incluindo a igualdade de género e a integração da perspetiva de género, a inclusão social das pessoas com deficiência e o apoio a atividades na luta contra a pobreza, especialmente a pobreza infantil, respeitando simultaneamente as competências dos Estados-Membros.

São necessários mais esforços no setor da saúde pública a fim de garantir a todos os cidadãos europeus o acesso a cuidados de saúde, garantir a segurança e a mobilidade dos pacientes, e tirar partido das oportunidades que as novas tecnologias médicas representam. Será necessário um empenho renovado para fazer face aos desafios do défice demográfico e do envelhecimento da população. Pode ser reforçada a cooperação no domínio dos transplantes e da doação de órgãos a nível da UE para salvar vidas.

IV. RUMO A UMA UNIÃO DA ENERGIA COM UMA POLÍTICA CLIMÁTICA VIRADA PARA O FUTURO

A UE é um líder mundial na luta contra as alterações climáticas e no que respeita às políticas ambientais. A UE deve em particular manter e reforçar a sua liderança na realização dos objetivos do Acordo de Paris, com especial incidência na atenuação e na adaptação às alterações climáticas, incluindo a questão do financiamento da ação climática. Importante a este respeito é a definição da estratégia hipocarbónica a longo prazo da UE. É necessário tomar medidas com vista à transição para uma economia hipocarbónica, em especial nos setores em que a descarbonização está atrasada, e à aplicação de medidas para melhorar a eficiência energética, proporcionando simultaneamente uma energia sustentável segura e a preços acessíveis aos cidadãos europeus. A modernização da economia e a integração das políticas climáticas deve ser vista como uma oportunidade económica geradora de novos empregos e de crescimento.

As três Presidências pretendem concluir as negociações sobre o pacote Energias Limpas e as negociações sobre as propostas no âmbito dos pacotes da mobilidade, incluindo, nomeadamente, as iniciativas relacionadas com o clima. Par tal, apoiar-se-ão no quadro da União da Energia, dando ênfase à integração da União da Energia nas políticas nacionais dos Estados-Membros e à execução de planos integrados em matéria de clima e energia.

Será promovida a estratégia da UE para a redução a longo prazo das emissões de gases com efeito de estufa, em conformidade com o Acordo de Paris e com os objetivos climáticos partilhados. Por conseguinte, o papel de liderança da UE na luta contra as alterações climáticas será assegurado nas negociações internacionais sobre o clima. No contexto da política da UE para o Ártico, importa ainda reduzir as emissões de carbono negro.

V. UMA UNIÃO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

As atuais orientações estratégicas para o desenvolvimento do espaço de liberdade, segurança e justiça estão a chegar ao termo da sua vigência, com o fim do ciclo institucional, e as três Presidências estão empenhadas em adotar rapidamente as novas orientações a desenvolver pelo Conselho Europeu.

É necessária uma abordagem abrangente da migração que combine um controlo mais eficaz das fronteiras externas da UE, o reforço da ação externa e os aspetos internos, em conformidade com os nossos princípios e valores, o que representa um desafio não apenas para um único Estado-Membro, mas para toda a Europa e mais além. Estas políticas devem ser prosseguidas e reforçadas a fim de prevenir o regresso dos fluxos descontrolados de 2015 e de conter a migração irregular em todas as rotas existentes e emergentes. É preciso trabalhar nas três vertentes, a começar pelo controlo reforçado das fronteiras externas da UE, nomeadamente através do reforço da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, da introdução dos novos sistemas de informação (SES, ETIAS), aplicando os necessários mecanismos de controlo da qualidade e desenvolvendo a Estratégia de Gestão Integrada das Fronteiras, tendo simultaneamente em conta o equilíbrio entre a segurança e a fluidez da passagem das fronteiras. Em termos de ação externa, ir ao cerne do desafio exige uma verdadeira parceria com os países de origem e de trânsito, incorporando firmemente a nossa política externa em matéria de migração nas relações bilaterais globais da UE com os países terceiros, a fim de combater as causas profundas da migração. É necessário mais trabalho para melhorar os regressos, nomeadamente através das propostas para uma política europeia de regresso mais eficaz e coerente, bem como da análise do quadro da migração legal, incluindo a reinstalação. As três Presidências, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu, prestarão especial atenção às rotas do Mediterrâneo Central, Ocidental e Oriental, mantendo-se vigilantes em relação a eventuais novas rotas. A cooperação com os parceiros de África, dos Balcãs Ocidentais e da Turquia e o apoio a esses parceiros continuam a ser uma prioridade. No que respeita aos aspetos internos, as três Presidências comprometem-se a procurar concluir a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, incluindo a obtenção de um consenso sobre o Regulamento de Dublin.

Em termos de promoção da segurança interna da UE, as três Presidências continuam empenhadas em reforçar a cooperação policial e judiciária, a luta contra o crime organizado, incluindo o tráfico de droga e o tráfico de seres humanos, intensificar a luta contra o terrorismo, nomeadamente combatendo e prevenindo a radicalização e o extremismo, incluindo a concentração dos máximos esforços na eliminação de conteúdos terroristas em linha. A interoperabilidade dos sistemas de informação deve ser reforçada para atingir este objetivo. Um dos objetivos específicos consiste em continuar a desenvolver as capacidades necessárias para promover a cibersegurança e combater os ciber-riscos, melhorando a coordenação transfronteiras das autoridades com funções coercivas.

O Trio salienta o seu compromisso com o sistema de Schengen e manifesta a intenção de assegurar o seu funcionamento adequado e de trabalhar em todas as vertentes relevantes para preservar e reforçar o Espaço Schengen como uma das maiores realizações da União Europeia.

Em matéria de cooperação no domínio da justiça, o Trio salienta a importância de fazer avançar os trabalhos relativos ao reconhecimento mútuo. O Trio compromete-se a promover a utilização das provas eletrónicas e a justiça em linha. O Trio prestará igualmente atenção à operacionalização da Procuradoria Europeia e ao reforço da cooperação com o OLAF.

As três Presidências promoverão atividades de proteção civil, inclusive no domínio da prevenção de catástrofes.

VI. A UNIÃO COMO INTERVENIENTE FORTE NO PLANO MUNDIAL

As três Presidências, juntamente com os Estados-Membros, colaborarão estreitamente com a alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/vice-presidente da Comissão e apoiarão o seu trabalho na concretização das prioridades acordadas da Estratégia Global da UE, no que toca a assegurar a coerência das políticas externas da UE, e no reforço da correta articulação entre as políticas internas e externas da União. Esforçar-se-ão por assegurar que a União disponha, no período de 2021-2027, de todo o financiamento e instrumentos jurídicos necessários para desempenhar estas tarefas. Procurarão um apoio ativo e empenhado dos Estados-Membros à política externa e de segurança da União, e apoiarão a alta representante/vice-presidente na procura de uma maior convergência entre Estados-Membros, com base numa identificação comum dos interesses partilhados e na solidariedade política mútua.

Entre os domínios prioritários incluem-se os seguintes:

As três Presidências reiteram o seu empenho a favor do alargamento, que continua a ser uma política fundamental da União Europeia, em especial com vista a proporcionar uma perspectiva de alargamento credível, dentro dos parâmetros acordados para os Balcãs Ocidentais. A Turquia é um país candidato e permanece um parceiro essencial para a UE. A política de alargamento continua a representar um investimento estratégico na paz, na democracia, na prosperidade, na segurança e na estabilidade da Europa. A aceitação dos valores europeus fundamentais e o apego a estes valores é uma escolha política, e é essencial para todos os parceiros que desejam aderir à UE. As três Presidências reafirmam a necessidade, de acordo com o consenso renovado sobre o alargamento, de uma condicionalidade equitativa e rigorosa e do princípio do mérito próprio, combinados com a capacidade da UE, em todas as suas dimensões, para integrar novos membros. O Trio congratula-se com o anúncio da Croácia de que acolherá uma cimeira UE-Balcãs Ocidentais durante a sua Presidência. O Trio reitera que é importante continuar a aprofundar a cooperação em questões de política externa e espera um maior alinhamento pela política externa e de segurança comum (PESC) da UE.

Promover os laços políticos, económicos, sociais e culturais entre a União e os países vizinhos a Leste e a Sul: As três Presidências colaborarão estreitamente com a alta representante/vice-presidente e apoiarão o seu trabalho com vista à resolução de tensões políticas de longa data, para reforçar a resiliência dos parceiros face a pressões externas e para salvaguardar a sua capacidade de tomarem as suas próprias decisões a nível diplomático. Manterá a abordagem baseada em princípios e unida na política em relação à Rússia. Procurará abordagens colaborativas para manter a segurança das fronteiras da UE e dar resposta aos desafios comuns da migração.

Reforçar e apoiar o sistema multilateral baseado em regras, centrado nas Nações Unidas: Isto significa, em particular, trabalhar em todos os domínios das políticas interna e externa da UE para aplicar a Agenda 2030, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; promover os direitos humanos, as liberdades fundamentais e o Estado de direito; respeitar as obrigações decorrentes do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e assegurar que as outras partes façam o mesmo; dar seguimento ao Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares e o Pacto Global sobre Refugiados, e reforçar os regimes e acordos globais de controlo e de não proliferação de armamento – tais como o PACG – que contribuem para a segurança da União. A União acompanhará e apoiará a reforma das Nações Unidas e empenhar-se-á na defesa da credibilidade e capacidade das principais agências da ONU. As três Presidências apoiarão a preservação do papel de liderança da UE na política de desenvolvimento e na ajuda humanitária. No contexto das crescentes tensões comerciais, as três Presidências continuam empenhadas em preservar e aprofundar o sistema comercial multilateral baseado em regras, nomeadamente os esforços para modernizar a OMC. As três Presidências apoiarão a negociação de acordos comerciais ambiciosos, de elevada qualidade, equilibrados e mutuamente benéficos com os parceiros fundamentais em todo o mundo, acompanhados de acordos políticos que promovam os valores e normas da UE e que estimulem uma maior cooperação em matérias de interesse comum. Sublinham também a importância da aplicação dos acordos, bem como da melhoria dos nexos entre as relações económicas externas e o mercado interno.

Reforçar as ordens regionais de cooperação: As três Presidências colaborarão estreitamente com a alta representante/vice-presidente e apoiarão o seu trabalho no que respeita à criação de laços mais estreitos entre regiões. Visar-se-á desse modo complementar e reforçar as relações bilaterais da UE, nomeadamente em África, na América Latina, nas Caraíbas, na Ásia e no mundo árabe. Os trabalhos incluirão a conclusão das negociações de novos acordos regionais com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, com vista a modernizar as relações com cada região, atualizando, ao mesmo tempo, o quadro global ACP. Tal passará igualmente por aproveitar as oportunidades oferecidas pelas mudanças de ênfase na Ásia e a dotar a União dos meios para dar resposta aos potenciais desafios. Em particular, isto implicará implementar novas estratégias para a Índia e para a Ásia Central; revitalizar a execução da estratégia da UE em relação à China, intensificar a cooperação no domínio da política de segurança com países com uma visão idêntica, reconhecer a importância estratégica da conectividade euro-asiática e concluir as principais negociações sobre comércio e investimento atualmente em curso. A União concretizará a sua visão para uma parceria renovada com a África, a América Latina e as Caraíbas.

Apoiar a parceria transatlântica e formar alianças com economias avançadas com uma visão idêntica: A parceria transatlântica continua a ser a pedra angular da segurança e da prosperidade de ambos os lados do Atlântico. A UE continuará a investir nesta relação ao nível federal e a todos os outros níveis apropriados. Outras economias avançadas partilham o interesse da União num sistema eficaz baseado em regras, no Estado de direito, nos direitos humanos e na democracia e a UE intensificará a colaboração com essas economias para moldar um futuro assente nesses interesses partilhados. Tal incluirá também a criação de uma parceria muito estreita com o Reino Unido após a sua saída da UE.

Fazer avançar os trabalhos sobre a segurança e a defesa da UE, reforçando simultaneamente as relações UE-OTAN. Se já foram tomadas importantes decisões durante os primeiros anos de execução da Estratégia Global da UE, as Presidências apoiarão a alta representante no que toca a levar a bom termo a aplicação da CEP, incluindo a questão da participação de países terceiros, a gestão do processo de análise anual coordenada em matéria de defesa (AACD), bem como a garantia da coerência e do alinhamento do desenvolvimento das capacidades de defesa com as prioridades acordadas pela UE. As Presidências salientam a importância da execução do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa e da realização de progressos no que toca ao Fundo Europeu de Defesa. As Presidências apoiarão a prossecução dos trabalhos em matéria de mobilidade militar e reforço das capacidades da UE e dos Estados-Membros no combate às ameaças híbridas e ciberameaças. Além disso, colaborarão estreitamente com a alta representante e apoiarão o seu trabalho no que respeita ao reforço da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (CMPC) e à revitalização da vertente civil da PCSD.

Num ambiente mundial em rápida mutação e competitivo, a União precisa de dispor de métodos de trabalho eficazes e de desenvolver a resiliência necessária para fazer face às ameaças diretas aos seus interesses, tanto a nível interno como em países terceiros. As três Presidências colaborarão com a alta representante/vice-presidente abrangendo todo o leque de questões daqui decorrentes. Essas questões podem incluir melhorias a nível da forma de conduzir avaliações comuns de situações nacionais antes de serem tomadas decisões políticas importantes, umnexo mais claro entre instrumentos de financiamento e prioridades políticas e uma melhor comunicação estratégica e tomada de decisões. As três Presidências apoiarão o reforço das capacidades da União de prevenção de conflitos, de mediação e de consolidação da paz. Além disso, e apesar de procurar, por uma questão de convicção, soluções multilaterais para os problemas comuns, a União também precisa de reforçar a sua capacidade de proteger autonomamente os seus interesses, quando necessário. Por último, as três Presidências colaborarão muito estreitamente com a Comissão e a alta representante/vice-presidente para garantir a coerência das políticas internas e externas destinadas a construir uma União que Protege.